

Proposta de pagamento contraria senadores

BRASÍLIA — A decisão do governo de pagar US\$ 2 bilhões de juros atrasados aos bancos credores privados deverá quebrar o apoio unânime do Senado à equipe econômica e o adiamento da votação em plenário do projeto que estabelece condições para a renegociação da dívida externa, marcada para amanhã. Os senadores que integram a Comissão de Economia prevêm ainda que o governo deverá forçar a modificação do conteúdo do Projeto de Resolução 55, que impede qualquer pagamento aos credores antes da celebração de acordos aprovados pelo Senado.

O presidente da Comissão de

Economia, senador Severo Gomes (PMDB-SP), disse que as declarações do presidente do Banco Central, Ibrahim Eris, de que o Brasil pagará US\$ 2 bilhões, contrariam a decisão da comissão do Senado e trazem graves consequências para o apoio político ao governo nas negociações da dívida externa. O senador José Fogaça (PMDB-RS), que também integra a comissão, disse que o governo pode ter razões para pagar parte dos atrasados, mas deverá ir ao Senado explicar quais as vantagens e consequências de retirar US\$ 2 bilhões das reservas internacionais.

Contrário ao conteúdo do

Projeto de Resolução 55, o senador Roberto Campos (PDS-MT) disse que o governo agiu com sensatez, porque somente pagando parte dos juros atrasados o Brasil poderá ter acesso a créditos comerciais e interbancários. Campos acrescenta que, ao fazer esse pagamento, o País voltará a se credenciar a receber US\$ 3 bilhões do Banco Mundial, US\$ 2 bilhões do FMI e cerca de US\$ 1,5 bilhão do Fundo Nakasone, além de recursos programados para projetos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

“Esse pagamento de parte dos juros é indispensável, pois os recursos a que o Brasil terá acesso

após pagar os atrasados é que vão repor o nível das reservas cambiais”, afirmou Campos. O nível das reservas, calculado em cerca de US\$ 8 bilhões, é considerado baixo, por Severo Gomes e Fogaça, para ser utilizado no pagamento dos juros. Campos argumenta, entretanto, que o Brasil já teve acesso a US\$ 13 bilhões de créditos comerciais e interbancários antes da moratória decretada em janeiro de 1989. Hoje, acrescenta, o País está na expectativa de receber cerca de US\$ 6 bilhões até março do próximo ano. “Se o governo decidisse não pagar parte dos juros, os bancos suspenderiam esses recursos”, completou.